

CAPÍTULO 2

EMPREENDIMENTOS DOS SETORES MINERO-SIDERÚRGICO E GÁS-QUÍMICO

Em Corumbá encontra-se o terceiro maior depósito de minério de ferro do Brasil, de teor de pureza comparável ao encontrado na província de Carajás, no Pará. Acha-se, também, o terceiro maior estoque de manganês, considerado o de maior teor de pureza do Brasil. Em função dessas reservas, grandes mineradoras instalaram-se no município, sobretudo no Maciço do Urucum.

Atualmente, estão instaladas as seguintes empresas de exploração de minério de ferro: Corumbá Mineração (COMIN), do Grupo Vetorial; a Urucum Mineração SA. (UMSA), da Cia Vale do Rio Doce (VALE); Mineração Corumbaense Reunida (MCR), pertencente à multinacional Rio Tinto do Brasil (RTB); Mineração e Metálicos do Brasil Ltda. (MMX), do Grupo EBX; Mineração Pirâmide Participações (MPP).

Além das mineradoras de ferro, opera uma única mina de exploração de manganês, a Mina do Urucum, cujo controle foi assumido pela VALE, em 1994. A empresa opera, também, na área urbana de Corumbá, uma usina de ferro ligas — a Rio Doce Manganês (RDM).

Em Corumbá pratica-se, ainda, a extração de calcário, para a qual a totalidade dos requerimentos de pesquisa e lavra pertencem à Cia de Cimento Portland Itaú, do grupo Votorantim. O calcário é explorado em área de propriedade dessa empresa, onde, de um total de 1.160 ha, apenas 24 ha estão sendo utilizados para a atividade de mineração. A indústria cimenteira localiza-se na área urbana de Corumbá.

Nos últimos três anos, constatou-se forte aumento no número de requerimentos de pesquisa de lavra de minério de ferro, indicando a viabilização de novas áreas exploráveis. Segundo as perspectivas de ampliação da produção das empresas, considerando um cenário para 2020, o incremento se dará conforme o **Quadro 2.1**.

Quadro 2.1
Produção Atual e Futura de Minério de Ferro (ROM) em Corumbá ⁽¹⁾

Empresa	Produção Atual (2007-2008) Mt/ano	Produção Projetada para 2020 Mt/ano
COMIN	0,88	1,08
Vale (Mina do Urucum)	1,57	2,38
MMX (Mina 63)	1,60	4,10
MMX (Rabicho, Urucum SW)	0,90	3,33
MPP	0,36	1,44
Rio Tinto (MCR)	3,00	22,4

(1) Informações detalhadas no item 4.2

Fonte: LIMA/COPPE/UFRJ, com base em dados das empresas (2007)

Atualmente, a MCR detém a maior produção de minério de ferro da região extraindo 3 milhões de t/ano, mas tem anuência do IBAMA para explorar até 6 milhões t/ano. Todavia, o Estudo de Impacto Ambiental, já elaborado, prevê o aumento da extração desse minério para 22,4 milhões de t/ano.

Exatamente pelo porte de suas reservas na região, a MCR exerce forte influência no setor produtivo do Estado do Mato Grosso do Sul. Entretanto, por se tratar de empresa de capital

estrangeiro que atua em área de fronteira do País, convive com problemas de ordem legal¹. Por outro lado, há interesse do governo estadual não apenas em apoiar a permanência da empresa em Corumbá, como ainda em fomentar a agregação de valor ao minério extraído. Nesta perspectiva, a implantação do pólo siderúrgico em Corumbá tem sido promovida com a doação da área, pelo estado, para a sua instalação e o compromisso de que as empresas, em especial a Rio Tinto, realizem os estudos necessários para sua viabilidade ambiental.

A MMX foi pioneira na implantação de usina siderúrgica na área proposta pelo governo. O licenciamento foi realizado pelo órgão ambiental estadual, tendo sido, porém, alvo de questionamento mediante Ação Civil Pública do Ministério Público Federal, contestando a competência do governo estadual para emitir a licença ambiental, por se tratar de atividade poluidora localizada em área de fronteira, passível de causar impactos para além do território nacional. No entanto, apesar de a ação ter sido acatada, sofreu posterior cassação, o que finalmente permitiu a expedição da Licença de Operação, em agosto de 2007. Paralelamente, o Ministério Público Estadual assinou, em 2006, um Termo de Compromisso de Conduta (TCC) com a MMX, para assegurar a adoção de boas práticas ambientais na operação da usina como, por exemplo, o compromisso de não adquirir carvão vegetal oriundo do Pantanal.

Contudo, após os impasses do licenciamento da MMX, o governo do Mato de Grosso do Sul, por meio da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, das Cidades, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia (SEMAC), propôs o licenciamento integrado das demais empresas interessadas em se instalarem no pólo. Assim, no Diário Oficial nº 6.979, de 30 de maio de 2007, foi publicado o Convênio entre a Secretaria e as empresas Rio Tinto, MMX e Vetorial Siderurgia para a execução compartilhada de estudo e relatório de impacto ambiental (EIA e RIMA) para o projeto do Pólo Siderúrgico de Corumbá². Para fins do licenciamento ambiental foi delimitado o perímetro destinado à instalação do empreendimento, que totaliza 2.123,13 ha, em Maria Coelho, próximo às principais áreas de mineração (**Figura 2.1.**).

Até o momento, apenas a planta siderúrgica da MMX foi instalada na área destinada ao pólo siderúrgico, operando com um único alto forno. A Vetorial Siderurgia apresentou estudo de impacto ambiental para implantação de uma unidade de produção de gusa e a Rio Tinto desenvolveu um projeto para a produção de 900 mil t/ano de ferro-gusa, utilizando tecnologia HIs melt, que consiste no uso de carvão mineral e minério de ferro fino. Para o futuro, está prevista a instalação de outras unidades HIs melt, além da integração de unidades de ferro-fusa, aciaria e laminação, com capacidade final de 4,0 Mt/ano.

Conforme notícia veiculada na mídia da região³, as empresas do pólo, tendo à frente a Rio Tinto, também pretendem utilizar o gás natural da Bolívia para transformação do minério de ferro em ferro-esponja (elemento necessário para a produção do aço). Pensa-se, ainda, segundo a mesma fonte, na instalação de uma fábrica de vergalhões de aço, numa última etapa. A VALE e a Cia Belgo Mineira teriam demonstrado interesse nesse projeto.

¹ Segundo DNPM, a legislação que trata do assunto corresponde a Lei Nº 6634/79, regulamentada pelo Decreto Nº 85064/80, que estabelece os limites para a participação de empresas de capital estrangeiro na faixa de fronteira, ou seja, na faixa de 150 km, área que pertence ao Conselho de Defesa Nacional (CDN). Segundo informação, no governo Collor, o CDN foi extinto, o que permitiu a instalação de empresas multinacionais no País nessas áreas de restrição, a exemplo da Rio Tinto, em Corumbá (ref. reunião equipe LIMA/AAE com DNPM/ Brasília).

² O Convênio teria vigência de doze meses, a partir de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

³ Vide: <http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOTCod=134377>, acesso em 05/06/2007.

**Figura 2.1****Pólo Siderúrgico de Corumbá – Proposta de Delimitação e Localização**

Fonte: Folha Corumbá – CPRM, Diário Oficial MS nº 6979 30/05/2007, pg. 31 (2007)

Outro empreendimento previsto em Corumbá para atendimento ao incremento da demanda energética das novas instalações industriais é a Usina Termoelétrica (UTE) Corumbá ou Termopantanal. O empreendimento pertence à MPX Mineração e Energia e MPX Participações Ltda. e à empresa boliviana *Cooperativa Rural de Eletrificacion Ltda.* (CRE). A UTE iniciou o seu processo de licenciamento junto ao IBAMA em 2005. Nos estudos ambientais a capacidade de geração apresentada é de 44MW, operando com o gás natural boliviano. A UTE obteve a Licença Prévia em 12/09/2005 (LP 216/2005⁴). No entanto, devido a questionamentos técnicos relacionados ao empreendimento, o processo de licenciamento foi paralisado em função de Ação Civil Pública do Ministério Público Estadual.

Além do pólo siderúrgico, vislumbra-se também a implantação de um pólo gás-químico, atrelado à oferta do gás natural e ao incentivo à industrialização na Bolívia, que começou a ser negociado em 2003, durante a gestão anterior do governo de Mato Grosso do Sul. As discussões envolveram o Ministério das Minas e Energia e o Presidente da República, que se reuniram com o governo boliviano para assinar uma declaração de acordo para construção do pólo⁵. Pela proposta, a idéia é criar parques industriais em Corumbá e na cidade boliviana de Puerto Suárez. Algumas empresas brasileiras, como a Petrobras, a Braskem e a Copagaz, demonstraram interesse em participar do projeto, além da YPFB (estatal responsável pela venda do gás boliviano). À época, o governo brasileiro indicou a necessidade de investimentos de US\$ 1,3 bilhão no pólo, que começaria a operar em 2009. O banco espanhol Expansión formalizou junto ao Ministério das Minas e Energia interesse na criação de uma linha de financiamento de até US\$ 1,4 bilhão, desde que se garantisse a participação de empresa espanhola do setor energético. Na construção a perspectiva era de geração de seis mil empregos e durante a operação 400 diretos e dois mil indiretos. O pólo gás-químico teve forte apoio político do governo estadual daquela época.

O pólo foi pensado para agregar valor ao gás boliviano, produzindo-se polietileno, matéria prima para a produção de sacos plásticos, embalagens e tubos (indústrias de terceira geração), dentre outros, além do aproveitamento de butano e propano⁶, tendo em vista possível utilização pelo

⁴ Informação obtida em: <http://www.ibama.gov.br/licenciamento/index.php>, acesso em 28/11/2007.

⁵ Disponível em: <http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOTCod=134377>, acesso em 05/06/2007.

⁶ Vide: <http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOTCod=115878>, acesso em 05/06/2007.

setor energético e, também, pela indústria de fertilizantes. O polietileno produzido seria destinado ao mercado interno (como as indústrias de São Paulo) e ao mercado externo (preferencialmente aos países da América Latina). As exportações seriam viabilizadas pelo Oceano Pacífico, desde que as devidas necessidades logísticas fossem supridas.

Para a produção de polietilenos, segundo a Braskem⁷, a unidade geraria de 800 a 1.200 empregos, além de atrair outras empresas para a produção de gases (por exemplo, a White Martins) e insumos complementares. Poderia estar associada à unidade de produção de amônia, uréia e fertilizantes, cuja rota tecnológica é compatível com o perfil da Petrobras.

As recentes dificuldades de negociação em torno do gás boliviano para atender à demanda crescente, não apenas do Brasil, mas, igualmente, da Argentina e do Chile, inviabilizam temporariamente as iniciativas envolvendo o pólo. O uso prioritário desse combustível estaria voltado para o setor de energia elétrica. A disponibilidade atual, de maneira geral, não parece capaz de suprir a demanda de um pólo gás-químico. Outros fatores ainda contribuem para postergar a realização desse pólo, como os altos custos dos investimentos em escoamento da produção pelo Oceano Pacífico. Além disso, segundo a Braskem, o município de Corumbá não apresenta atratividade específica para a implantação desse pólo (a exemplo da mineração), o que se justificaria apenas por razões geopolíticas, ainda assim, com vantagens para sua localização em território boliviano.

Dessa forma, percebe-se que são muitos os condicionantes para viabilizar este empreendimento na área de influência estratégica objeto desta AAE. Apenas uma ampla alteração conjuntural levaria à retomada da discussão em torno do projeto conforme originalmente arquitetado. De todo modo, após um extenso período de conturbadas negociações com a Bolívia, e após visita do Presidente brasileiro em dezembro de 2007, encontra-se novamente na pauta bilateral a viabilização do envio de gás boliviano para o Brasil. Ou seja, o fator político será determinante para os rumos do projeto do pólo gás-químico em Corumbá.

⁷ A Braskem forneceu informações à equipe do LIMA em 28/11/2007, via telefone, quando expôs o seu ponto de vista atual em relação ao empreendimento.